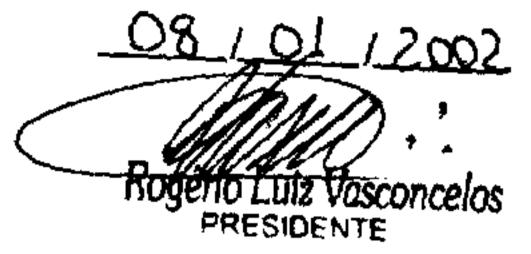


Publicado no átrio da Câmara Municipal de Santa Teresa - ES, na forma do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, em

LEI Nº 1.427/2001



INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 1.163, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. As habilitações a que se referem os parágrafos 1º, 2º e 3º, do Artigo 13 da Lei nº 1.163, de 13 de Dezembro de 1994, passam a ser as seguintes:

"Art.13	 , ,	
§1°	 -,	

CARGOS: Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Saneamento e Auxiliar de Serviços Médicos

NÍVEL I – Ensino Fundamental completo, curso específico da área mais registro no Conselho de Classe competente, se for o caso;

NÍVEL II – Ensino Fundamental completo, curso específico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas em área afim;

NÍVEL III – Ensino Médio completo, curso específico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim;

NÍVEL IV - Ensino Médio completo, curso específico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso,



mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e quarenta) horas em área afim;

§2°,
CARGO: Fiscal de Saneamento NÍVEL I – Ensino Médio completo mais curso específico da área;
NÍVEL II – Ensino Médio completo, curso específico da área mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e
sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Ensino Médio completo, curso específico da área mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e
quarenta) horas em área afim; NÍVEL IV – Curso Superior completo em área afim.
CARGOS: Técnico de Enfermagem e Técnico de Laboratório
-NIVEL L CHISO Lechico da area mais redistro no Conseino.
NÍVEL I – Curso Técnico da área mais registro no Conselho de Classe competente, se for o caso:
de Classe competente, se for o caso;
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e quarenta) horas em área
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e quarenta) horas em área afim;
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e quarenta) horas em área
de Classe competente, se for o caso; NÍVEL II – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim; NÍVEL III – Curso Técnico da área, registro no Conselho de Classe competente, se for o caso, mais curso de atualização de no mínimo 540 (quinhentos e quarenta) horas em área afim; NÍVEL IV – Curso Superior completo em área afim mais

CARGOS: Bioquímico, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Médico, Médico-Veterinário, Nutricionista e Psicólogo

NÍVEL I – Curso Superior completo específico da área mais registro no Conselho de Classe competente;



NÍVEL II – Curso Superior completo específico da área, registro no Conselho de Classe competente mais curso de atualização de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas em área afim;

NÍVEL III - Curso Superior completo específico da área, registro no Conselho de Classe competente mais curso de pós-graduação ao nível de especialização em área afim;

NÍVEL IV - Curso Superior completo específico da área, registro no Conselho de Classe competente mais curso de mestrado ou de doutorado em área afim."

Art. 2º. O Artigo 17 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 1.163, de 13 de dezembro de 1994 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17. A promoção do profissional de saúde municipal darse-á pelo critério de merecimento, mediante avaliação de desempenho ou por tempo de serviço, observado:

- I Por merecimento, após o cumprimento do interstício de 03 (três) anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho;
- II Por tempo de serviço após o interstício de 06 (seis) anos.
- §1º. Os critérios para avaliação de desempenho serão estabelecidos em regulamento próprio.
- §2º. Anualmente, serão promovidos pelo critério de merecimento até 50% (cinqüenta por cento) dos profissionais de saúde municipal, obedecida a ordem de classificação resultante da avaliação de desempenho, atendido o disposto no inciso I deste Artigo."
- Art. 3°. Os efeitos financeiros resultantes da promoção dos profissionais de saúde municipal em conformidade com o disposto na nova redação do artigo 17, da Lei 1.163, de 13 de Dezembro de 1994, passam a vigorar a partir de 1° de março do ano subseqüente ao período de cumprimento do interstício exigido.
- Art. 4°. Os comprovantes de participação em cursos e eventos apresentados para efeito de promoção ou de ascensão funcional de que trata a Lei nº 1.163, de 13 de Dezembro de 1994, só serão considerados, para o mesmo efeito, uma única vez.



- Art. 5°. Aos profissionais de saúde admitidos em regime de designação temporária para atender necessidade de excepcional interesse público, aplica-se no que couber, para definição de sua remuneração, o disposto no Art. 13, da Lei nº 1.163, de 13 de dezembro de 1994, com nova redação dada por esta Lei.
 - Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, em 28 de dezembro de 2001.

ORLY MIGUEL DOS SANTOS

Prefeito Municipal